



Formação em Psicologia e Direitos Humanos: uma perspectiva das psicólogas docentes no Ensino Superior

Training in Psychology and Human Rights: a perspective from psychologists teaching in Higher Education

Formación en Psicología y Derechos Humanos: una perspectiva de las psicólogas docentes en la Enseñanza Superior

Marcella Silveira Martins¹  • Vitoria Prado Ramos²  •
Juliana Maria Archanjo dos Santos³  • Rodrigo Toledo⁴ 

RESUMO

A formação em Psicologia tem passado por significativa expansão, o que acentua preocupações sobre a qualidade do ensino e sua articulação com os Direitos Humanos. Esta pesquisa objetivou analisar a compreensão de psicólogas-docentes acerca da importância dos Direitos Humanos na formação acadêmica e, na prática profissional de estudantes de Psicologia. Com abordagem qualitativa e exploratória, o estudo foi desenvolvido em 2 etapas: aplicação de questionário-online e realização de três entrevistas com docentes. A análise dos dados foi organizada em 3 eixos: I) Direitos Humanos como imagem e fundo na formação, que aborda os DH como conteúdo específico e princípio transversal; II) Bagagens que antecedem, que analisa sentidos prévios dos estudantes e desafios pedagógicos para sua articulação crítica; III) A formação comprometida também se faz fora da sala, que evidencia práticas formativas críticas em movimentos sociais, arte e cultura. Conclui-se que a pesquisa evidencia desafios e potencialidades da formação comprometida com os Direitos Humanos, destacando esse período como etapa fundamental para a constituição de profissionais éticos, críticos e cientes do seu compromisso social.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Formação em Psicologia; Compromisso Social; Psicologia Crítica.

ABSTRACT

Psychology training has undergone significant expansion, which has emphasized concerns about the quality of teaching and its relationship with human rights. This research aimed to analyze the understanding of psychologist-teachers about the importance of human rights in the academic training and professional practice of psychology students. With a qualitative and exploratory approach, the study was carried out in two stages: an online questionnaire and three interviews with lecturers. The data analysis was organized into 3 axes: I) Human Rights as an image and background in training, which addresses HR as specific content and a cross-cutting principle; II) Baggage that precedes, which analyses students' previous meanings and pedagogical challenges for their critical articulation; III) Committed training also takes place outside the classroom, which

¹ Graduanda em Psicologia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), São Caetano do Sul/SP – Brasil. E-mail: marcella.martins@uscsonline.com.br

² Graduanda em Psicologia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), São Caetano do Sul/SP – Brasil. E-mail: vitoria.ramos@uscsonline.com.br

³ Graduanda em Psicologia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), São Caetano do Sul/SP – Brasil. E-mail: juliana.santos@uscsonline.com.br

⁴ Doutor em Educação (Psicologia da Educação), Mestre em Educação, Psicólogo Escolar. Atua como Docente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), São Caetano do Sul/SP – Brasil. E-mail: toledordg@gmail.com

highlights critical training practices in social movements, art and culture. In conclusion, the research highlights the challenges and potential of training committed to human rights, emphasizing this period as a fundamental stage in the development of ethical, critical professionals who are aware of their social commitment.

Keywords: Human Rights; Psychology Education; Social Commitment; Critical Psychology.

RESUMEN

La formación en Psicología ha experimentado una expansión significativa, lo que acentúa las preocupaciones sobre la calidad de la enseñanza y su articulación con los Derechos Humanos. Esta investigación tuvo como objetivo analizar la comprensión de las psicólogas docentes sobre la importancia de los Derechos Humanos en la formación académica y en la práctica profesional de los estudiantes de Psicología. Con un enfoque cualitativo y exploratorio, el estudio se desarrolló en dos etapas: aplicación de un cuestionario en línea y realización de tres entrevistas con docentes. El análisis de los datos se organizó en tres ejes: I) Los derechos humanos como imagen y fondo en la formación, que aborda los DH como contenido específico y principio transversal; II) Bagajes previos, que analiza los significados previos de los estudiantes y los retos pedagógicos para su articulación crítica; III) La formación comprometida también se lleva a cabo fuera del aula, que pone de manifiesto prácticas formativas críticas en movimientos sociales, arte y cultura. Se concluye que la investigación pone de manifiesto los retos y el potencial de la formación comprometida con los derechos humanos, destacando este periodo como una etapa fundamental para la formación de profesionales éticos, críticos y conscientes de su compromiso social.

Palabras clave: Derechos humanos; Formación en psicología; Compromiso social; Psicología crítica.

1. INTRODUÇÃO

Os ataques aos direitos humanos e sociais têm se intensificado, ocorrendo, muitas vezes, sem temor de punições significativas e sendo, na maioria, impulsionados por setores conservadores da sociedade. Esse conservadorismo manifesta-se nas diversas esferas do Estado brasileiro e pôde ser amplamente observado nos últimos anos na política nacional, marcada pelo fortalecimento de pautas morais tradicionais, pela resistência a avanços em direitos sociais e pela influência crescente de grupos religiosos e econômicos conservadores nas decisões governamentais, como apontam os estudos de Pastroni e Faria (2020) e Sousa et al (2024).

Diante desse cenário, torna-se fundamental reforçar as forças de resistência comprometidas com a defesa dos valores democráticos e da dignidade humana. Como afirmam Bock e Gianfaldoni (2010, p. 100), é necessário “um reforço maior sob a defesa obstinada do respeito à diversidade e da pluralidade do ser humano, do mundo e da sociedade”, enfatizando a valorização de todas as formas de viver e o reconhecimento dos direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.

A psicologia brasileira é orientada e regulamentada através do Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005) que ressalta a centralidade dos Direitos Humanos na atuação profissional, estabelecendo que todas as teorias, técnicas e práticas por eles utilizadas devem estar fundamentadas na defesa e promoção desses direitos. Assim, a psicóloga é orientada a garantir que sua atuação respeite e proteja a dignidade e os direitos fundamentais de cada indivíduo, desenvolvendo intervenções que favorecem o empoderamento das populações marginalizadas e vulneráveis. A psicologia também atua junto a construção de práticas que assegurem o respeito às liberdades fundamentais e o acesso igualitário a recursos e oportunidades, na expectativa de promover uma cultura de direitos humanos na sociedade.

Autoras como Rechtman, Castelar e Castro (2013) e Bernardi (2010) apontam que o Código de Ética demonstra ao longo de todo o seu texto, uma notável preocupação em assegurar que a psicologia “contribuía para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CFP, 2005, p. 07), ou seja, o documento não só orienta a uma prática profissional pautada nesses direitos, mas também incentiva e orienta uma postura combativa e condena a neutralidade frente a injustiças e a processos de violações desses direitos.

Para as autoras, o Código ainda destaca a importância de uma análise e reflexão crítica sobre a realidade social, orientando a psicóloga a adotar uma postura crítica e reflexiva em sua prática. Somente por meio dessa reflexão crítica será possível desenvolver uma atuação ética e comprometida com a responsabilidade social. Nesse contexto, defende-se a perspectiva de Rechtman, Castelar e Castro (2013), que reconhece a graduação como momento formativo essencial para desenvolver profissionais críticos, éticos e comprometidos com os Direitos Humanos.

Rechtman e Bock (2019) reforçam que, ao se comprometer com esses direitos, a Psicologia deve equipar seus estudantes com conhecimento técnico, teórico e prático, incentivando reflexões sobre questões sociais, culturais e políticas. Isso significa cultivar uma consciência crítica e ética, para estar engajada com o compromisso social da Psicologia, reconhecendo a complexidade das realidades que os indivíduos e grupos enfrentam. Entende-se que os professores desempenham um papel essencial no compartilhamento de conhecimento e na promoção do reconhecimento dos Direitos Humanos na formação em Psicologia, atuando como mediadores de valores éticos e políticos, fundamentais à prática profissional.

Nesse sentido, Paiva (2003) defende que o compromisso com os direitos humanos deve atravessar toda a prática pedagógica, não se limitando a uma disciplina específica, mas permeando todas as abordagens e campos de atuação do psicólogo. Assim, entende-se que todos os docentes, independentemente das disciplinas que lecionam, devem assumir um papel de corresponsabilidade na formação de profissionais sensíveis às desigualdades sociais, preparados para atuar de forma ética e politicamente engajada, comprometidos com os direitos humanos e capazes de refletir criticamente sobre suas próprias práticas e os impactos que causam na sociedade.

Desta forma, delineou-se como objetivo para a presente pesquisa “analisar qual compreensão dos psicólogos docentes do curso de psicologia para desenvolvimento de uma formação comprometida com a garantia e defesa dos Direitos Humanos”. Compreendemos que a formação em Psicologia dispõe de um papel importante na promoção e defesa dos direitos humanos, como descrito no código de ética profissional, uma vez que o exercício da profissão demanda uma firme compreensão das questões que envolvem o respeito à dignidade, igualdade e bem-estar das pessoas. Todavia, identifica-se que nos currículos das instituições de ensino superior ainda existe uma divergência sobre como esse tema deve ser abordado, o que levanta questionamentos sobre a correspondência e efetividade dessas formações. Assim, investigar a percepção das psicólogas que atuam nessas instituições torna-se essencial para avaliar como essa temática está sendo tratada e vivenciada na prática educacional.

A presente pesquisa justifica-se então pela necessidade de uma formação que propague uma consciência crítica e ética diante dos desafios relacionados à justiça social e à promoção dos direitos humanos para a nova geração de psicólogos que estão se formando. Dessa forma, a pesquisa poderá não apenas evidenciar lacunas na formação, mas também apontar caminhos para o fortalecimento

de uma Psicologia comprometida com a promoção dos direitos humanos em suas mais diversas formas. Enfrentar esse desafio, por parte das instituições.

Conforme salientam Rechtman e Bock (2019), a trajetória na graduação de psicologia não pode ser vista como um simples espaço de reprodução de saberes, mas como um terreno fértil para a superação de paradigmas e a construção de práticas transformadoras, defendendo ainda que a formação em Psicologia deve assumir explicitamente um compromisso com os direitos humanos, rompendo com a neutralidade ilusória e assumindo uma posição ética e socialmente engajada.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Entende-se que a presente pesquisa se inseriu no campo das pesquisas qualitativas e exploratórias. Conforme Minayo (2007, p. 24), a pesquisa trabalhou com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes e, a partir desse conjunto de fenômenos humanos gerados socialmente, busca compreender e interpretar a realidade.

Os dados foram obtidos por diferentes procedimentos, comuns nas abordagens qualitativas e nas Ciências Humanas e Sociais, sendo eles: I) a aplicação de um questionário do tipo survey (May, 2004), visando compreender como os docentes dos cursos de Psicologia entendiam seu papel na formação de profissionais comprometidos com a garantia e defesa dos direitos humanos; II) a realização de entrevistas semiestruturadas (Minayo, 2007) com psicólogas que atuavam como professoras em cursos de graduação em Psicologia, buscando aprofundar as discussões e reflexões obtidas na primeira etapa e que pudessem incidir sobre a formação e a futura atuação profissional dos participantes da pesquisa.

O questionário online foi composto por perguntas do tipo: múltipla escolha, Escala de Likert e dissertativas, visando captar percepções e opiniões das participantes sobre a formação em Psicologia, especialmente no que diz respeito à abordagem dos Direitos Humanos. Ao todo, foram obtidas 29 respostas, das quais 22 foram consideradas válidas após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão definidos pela pesquisa.

Concluída a primeira etapa, foram realizadas três entrevistas com profissionais da Psicologia⁵ que atuam como docentes em cursos de graduação na área, localizados na região metropolitana de São Paulo. Todas haviam participado da primeira etapa da pesquisa, respondendo ao questionário online e manifestando interesse em contribuir com a fase seguinte. A escolha desses três docentes teve como objetivo garantir diversidade quanto à área de atuação, ao tempo de experiência profissional e à faixa etária, ampliando a representatividade e enriquecendo as reflexões produzidas. Além disso, buscou-se selecionar docentes que, representassem diferentes trajetórias e posições no campo da Psicologia.

⁵ As participações na pesquisa contaram com pessoas que se identificavam com o gênero feminino e masculino, no entanto, optou-se por padronizar o gênero dos codinomes. Compreendemos que ao flexionar o gênero para o feminino, permitimos maior visibilidade às pessoas que se identificam com o gênero feminino, já que a Psicologia é uma profissão majoritariamente composta por mulheres, representando 79,2% do total de profissionais, segundo o Censo de Psicologia (2022). Essa escolha busca refletir a realidade profissional e valorizar a presença significativa das mulheres na construção e transformação do campo psicológico.

A Participante 1, aqui referida como a "Historiadora", é uma referência consolidada nos debates sobre compromisso social e formação crítica em Psicologia, com uma atuação marcada pela articulação entre pesquisa, ensino e militância. A Participante 2, denominada a "Testemunha", é um(a) professor(a) com longa trajetória docente e, em sua vivência profissional, testemunhou diversos momentos históricos da Psicologia brasileira, funcionando como uma memória viva das transformações no campo. Já a Participante 3, chamada a "Aventureira" é um(a) docente jovem, com inserção recente no ensino superior, que transita por diálogos e campos teóricos que articulam demandas da sociedade, aventurando-se em caminhos novos e diferentes para o exercício da docência e da atuação em Psicologia.

3. DISCUTINDO OS RESULTADOS

A análise qualitativa das entrevistas somada aos dados coletados no questionário online, revelou três eixos temáticos centrais sobre a formação em Psicologia e os Direitos Humanos, que são: Eixo Temático I, "Direitos Humanos como Imagem e Fundo na Formação em Psicologia"; Eixo Temático II, "Bagagens que antecedem: sentidos prévios dos(as) estudantes sobre Direitos Humanos e os limites da articulação em sala de aula" e Eixo Temático III, "A formação comprometida também se faz fora da sala: práticas formativas críticas e inventivas em Psicologia". A seguir apresenta-se a discussão aprofundada de cada um deles.

Eixo Temático I: Direitos Humanos como Imagem e Fundo na Formação em Psicologia

As três participantes – "Historiadora, Testemunha e Aventureira" – concordam sobre a importância da integração dos conteúdos sobre Direitos Humanos ao longo da formação. A Historiadora e a Testemunha destacam que a inclusão de disciplinas específicas nos primeiros semestres é crucial para construir uma base sólida de conhecimentos sobre o campo dos direitos humanos, oferecendo os subsídios teóricos necessários para a atuação crítica e ética.

Por outro lado, a Aventureira, concorda com Paiva (2003) sobre a necessidade da discussão dos Direitos Humanos ter um princípio transversal, pois acreditam que isso assegura que esses valores devem permear toda a formação, moldando a compreensão do psicólogo sobre sua importância nas mais diversas formas de atuação, independentemente das abordagens teóricas. A relevância dessa dupla perspectiva é ressaltada a importância de os Direitos Humanos estarem presentes "senão como figura, como fundo" da formação e prática profissional, como aponta a Testemunha.

Conforme exposto em estudo anterior, Toledo, Santos, Martins e Ramos (2024), indicam que ainda persiste uma lacuna na formação dos estudantes de Psicologia, pois muitos afirmam não ter tido contato aprofundado com discussões sobre a temática dos Direitos Humanos. A Aventureira e alguns dos respondentes do questionário online relatam que foi justamente durante a formação em Psicologia que tiveram o primeiro contato com tais debates e isso permitiu a construção de uma base sólida para a formação crítica, de modo que esses debates puderam ser entendidos como um princípio fundamental da Psicologia e, conseqüentemente, sustentaram toda a trajetória acadêmica, estimulando uma reflexão contínua e aprofundada ao longo do percurso formativo.

Assim, a defesa por uma disciplina específica busca garantir o contato e o aprofundamento teórico e prático com os Direitos Humanos. No entanto, é igualmente essencial que essas discussões ocorram de maneira transversal ao longo de todo o curso. Conforme trazido durante a pesquisa, já existem esforços em algumas disciplinas como Psicologia Social ou Políticas Públicas, de modo que os

estudantes têm contato com a temática desde os primeiros anos da graduação. Mas, esse processo ainda ocorre de forma fragmentada, sem uma estrutura que organize o debate de maneira contínua e sistematizada, o que revela a necessidade de maior articulação curricular para consolidar a presença dos Direitos Humanos na formação.

Como exposto por Lane (1990a), não existe neutralidade na atuação psicológica. O psicólogo que se cala diante da injustiça acaba por legitimá-la, uma vez que toda psicologia é social e, portanto, todas as áreas e abordagens da psicologia carregam, em sua essência, uma dimensão crítica. Nesse sentido, a formação em Psicologia, e, conseqüentemente, seus docentes, precisa estar comprometida não apenas com a transmissão de conhecimentos técnicos, práticos e teóricos, mas também com a articulação desses saberes à realidade social, como aponta a historiadora. Conforme argumentam, Rechtman e Bock (2019), isso implica em um compromisso de buscar promover junto aos estudantes uma postura crítica frente às desigualdades e opressões que marcam a sociedade, independentemente da disciplina lecionada.

O compromisso com os Direitos Humanos também se manifesta quando docentes ressignificam disciplinas que, em princípio, poderiam parecer distantes desse debate, transformando-as em espaços de reflexão crítica sobre o compromisso ético-político da Psicologia, ressalta a Testemunha. Essas iniciativas permitem, por exemplo, problematizar noções naturalizadas, como a ideia de “normalidade”, e demonstrar como diferentes perspectivas de vida demandam uma análise cuidadosa, evitando que concepções pessoais se sobreponham às experiências dos sujeitos atendidos. Dessa forma, evidencia-se que a transversalidade dos Direitos Humanos está presente não apenas nas disciplinas formais, mas também nas práticas pedagógicas, investigativas e extensionistas que compõem a formação em Psicologia, como apontam Nóbrega Cabral *et al.* (2022).

Esses exemplos demonstram como o processo formativo em psicologia é capaz de promover, de forma contínua e independentemente da disciplina, uma reflexão crítica sobre a realidade social, o acesso a direitos e as experiências de sofrimento ético-político. De modo que conforme exposto por Santos (2017) e Rechtman e Bock (2019), contribui para a construção de futuros profissionais que não apenas reconhecem, mas também promovem e protegem os Direitos Humanos em sua integralidade, independentemente da abordagem teórica ou da área de atuação escolhida.

A análise dos resultados da primeira etapa da pesquisa demonstra uma falta de consenso entre os docentes sobre a inclusão dos Direitos Humanos no currículo de Psicologia. Mesmo que todos admitam a importância do assunto, as respostas mostraram discordâncias e, frequentemente, um entendimento vago ou superficial, com declarações imprecisas e pouco relacionadas ao trabalho na área. Essa complicação em detalhar a ligação entre Psicologia e Direitos Humanos sugere a ausência de um eixo sólido que consolide essa integração de forma transversal e contínua no ensino.

Essa constatação dialoga com as análises críticas de Lane (1990b), que aponta que a Psicologia, ao longo de sua história, esteve frequentemente vinculada a uma lógica liberal, servindo à adaptação do sujeito às exigências do sistema capitalista. Bock (1999) complementa esse argumento ao destacar que, em muitos momentos, a Psicologia priorizou a conformidade do indivíduo às normas sociais, contribuindo para a manutenção de desigualdades e formas de opressão. Ainda assim, a autora enfatiza que é necessário reconhecer as vertentes críticas da Psicologia que propõe justamente o contrário: a transformação das estruturas sociais e o enfrentamento das múltiplas violências simbólicas, estruturais e institucionais que atravessam a vida dos sujeitos.

Martín-Baró (1990) apresenta uma contribuição fundamental para esta discussão, ao afirmar que, embora o sofrimento se manifeste individualmente, a reconstrução do trauma exige uma abordagem coletiva. Assim, se a escuta e a prática psicológica não vêm acompanhada de uma compreensão crítica das violências e do papel do psicólogo como instrumento de promoção da dignidade humana, arriscamos banalizar o sofrimento psíquico e reproduzir práticas que, em vez de cuidar, silenciam e oprimem. Essa perspectiva é vivamente expressa pela participante historiadora que procura incorporar os debates sobre os Direitos Humanos em todas as disciplinas que ministra, incluindo aquelas de caráter teórico, como a fenomenologia. Segundo ela, é impossível abordar o mundo e as relações sociais sem considerar os marcadores sociais, que evidenciam desigualdades no acesso a direitos. Dessa forma, a reflexão sobre Direitos Humanos se torna central, não apenas na sociedade em geral, mas também em instituições mais restritas, como a família.

Diante disso, se evidencia novamente a potência da presença dos Direitos Humanos serem debatidos de forma interdisciplinar. Pois sem a compreensão profunda dos direitos humanos e, conseqüentemente sem uma formação crítica, a Psicologia arrisca se reduzir a um diploma que autoriza a intervenção técnica sem consciência ética e compromisso social.

Conforme apontam Paiva (2003) e Freitas (2004) a necessidade de insistência de debates de forma transversal, interdisciplinar e constante, permeando diversas áreas do saber psicológico é imprescindível. Defendem que para a consolidação dos Direitos Humanos como eixo estruturante da formação em Psicologia é essencial a construção de uma formação acadêmica fundamentalmente crítica e socialmente comprometida.

Eixo Temático II: Bagagens que antecedem: sentidos prévios dos(as) estudantes sobre Direitos Humanos e os limites da articulação em sala de aula

O presente eixo temático buscou evidenciar uma ideia latente nas respostas do questionário online e nas entrevistas sobre as "bagagens" que os alunos trazem para sala de aula. Definimos essa ideia como o conjunto de pensamentos, percepções e experiências que transcendem a instituição de ensino, marcados por trajetórias diversas, atravessadas por vivências pessoais, sociais, culturais e pedagógicas.

Essas bagagens prévias podem ou não dialogar com uma compreensão crítica e ampliada dos Direitos Humanos, apontam as três participantes das entrevistas. A Historiadora relata que em alguns casos, tais vivências despertam engajamento, empatia e identificação com os princípios que fundamentam os Direitos Humanos. Em outros, no entanto, como indica a Aventureira, provocam resistências, negações ou uma compreensão restrita, limitada ao senso comum. Assim, este eixo busca desvelar os desafios e as tensões que emergem na tentativa de articular essas experiências prévias com uma abordagem educativa crítica e comprometida com os valores democráticos e a justiça social.

Nos dados coletados no questionário online, ficou evidenciado que ainda que não se demonstre com unanimidade, é enxergado por uma grande parte dos participantes, uma lacuna educacional ao que se refere ao ensino dos Direitos Humanos, da mesma forma que também se apresentou, desta vez em menor escala o reconhecimento de uma resistência por parte dos estudantes sobre abordar discussões com o tema direitos humanos em sala de aula.

O questionário online também incluiu perguntas dissertativas, sendo uma sobre os principais desafios enfrentados pelos docentes para sensibilizar os estudantes quanto à importância dos Direitos Humanos na formação profissional em Psicologia. As respostas apresentaram elementos relevantes

de como essas “bagagens” pessoais dos estudantes, muitas vezes atuam como barreiras nesse processo formativo. Diversos participantes em suas respostas destacaram a influência da ascensão da extrema-direita no cenário nacional e internacional, que segundo os docentes têm fomentado um ambiente de receio, desconfiança e até rejeição em relação ao tema dos Direitos Humanos, especialmente entre estudantes mais conservadores. A Testemunha apontou que as diferenças ideológicas significativas – de natureza partidária, moral e social – refletem uma retomada de valores alinhados a discursos extremistas e, que comprometem a promoção de uma formação ética, crítica e comprometida com os Direitos Humanos no campo da Psicologia.

Esse conservadorismo não se limita ao ambiente acadêmico, conforme Pastorini e Faria (2020) ele se manifesta em diversas esferas do Estado brasileiro, influenciando políticas públicas, discursos institucionais, práticas sociais e, conseqüentemente, nos próprios sujeitos. Dessa forma, seus efeitos também se fazem presentes no campo da Psicologia, alcançando estudantes, profissionais e até mesmo docentes.

Diante desse cenário, torna-se ainda mais urgente, como apontam Bock e Gianfaldoni (2010) e Santos e Oliveira (2024), adotar uma postura firme e contínua em defesa da diversidade e da pluralidade do ser humano, da sociedade e do mundo. Ambas as pesquisas defendem que esse processo envolve o reconhecimento e a valorização de todas as formas de existência e expressão, bem como a defesa incondicional dos direitos fundamentais de todos os indivíduos, independentemente de raça, gênero, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.

Essa perspectiva deve ser incorporada de maneira transversal na formação em Psicologia, não apenas como conteúdo curricular, mas como princípio ético e político orientador das práticas pedagógicas. Assim, será possível formar profissionais verdadeiramente comprometidos com a equidade, a justiça social e a promoção dos Direitos Humanos, como apontam Dantas (2010) e Dimenstein *et al.* (2022).

Em contraponto, foi possível identificar durante a análise das entrevistas, uma concordância entre os relatos das três entrevistadas, todas observam que muitos estudantes chegam à graduação com discussões mais amadurecidas devido à participação em coletivos ou outros tipos de grupos organizados politicamente, o que contribui para uma compreensão mais crítica da realidade social. A Historiadora afirma que “a Psicologia precisa militar”, sugerindo que a atuação da psicóloga deve estar comprometida com as lutas sociais. Essa compreensão encontra respaldo na proposta de Martín-Baró (1996), que defende uma Psicologia da libertação, voltada à transformação das condições concretas de opressão vividas pelas populações marginalizadas.

Para o autor, a Psicologia não pode manter-se neutra frente às injustiças sociais; ao contrário, deve colocar-se ao lado dos oprimidos, atuando como ferramenta crítica e emancipatória. Assim, a experiência política dos estudantes e sua participação em movimentos sociais não apenas enriquecem sua formação, mas constituem-se como parte fundamental de uma Psicologia comprometida com a justiça social e a libertação coletiva, defende Martín-Baró (1996).

A Aventureira fala sobre um núcleo de gênero e corporeidade ao qual dirige na universidade, e levanta o questionamento sobre quem se interessa pelas discussões, quando estamos falando sobre Direitos Humanos, trazendo que havia no núcleo, em grande maioria, mulheres e homens trans. A fala do entrevistado revela como a busca por espaços de discussão sobre Direitos Humanos ainda é, na maioria, protagonizada por sujeitos que vivenciam diretamente as desigualdades sociais. Bock (2002b) e Nóbrega Cabral *et al.* (2022) apontam a necessidade de uma psicologia comprometida com

a transformação social, voltada à escuta das múltiplas vozes silenciadas. Dessa maneira, é que poderemos formar psicólogos capazes de compreender o sujeito em sua inserção concreta, histórica e social, atuando em defesa da dignidade e dos direitos de todos.

Ao abordar as dificuldades encontradas na formação, sejam elas curriculares, estruturais ou institucionais, a Aventureira relata um episódio em que um livro de Achille Mbembe, que aborda a ocupação de territórios por Israel na Palestina, foi utilizado como ponto de partida para discussão em sala de aula. No entanto, uma aluna, sentindo-se ofendida, levou a questão à coordenação, que solicitou que o material não fosse mais utilizado.

Episódios como esse evidenciam como as vivências pessoais dos estudantes também atravessam e impactam as discussões sobre Direitos Humanos, revelando os limites institucionais para o enfrentamento crítico de temas complexos e promover debates éticos, políticos e históricos em um espaço que nem sempre está preparado para acolher o dissenso. Essa experiência se alinha à crítica de Lane (1990b) sobre o papel da psicologia como instrumento de transformação social, o impedimento de utilizar um material que poderia ampliar a consciência crítica dos alunos demonstra, segundo esse ponto de vista, uma repressão à possibilidade de desenvolver sujeitos históricos, ativos e reflexivos.

Dessa forma, torna-se evidente que a formação em Psicologia não pode esquivar-se do compromisso ético e político com a realidade social dos sujeitos. A ausência de espaços formativos que promovam o diálogo crítico sobre os Direitos Humanos e suas violações cotidianas contribui para a manutenção de uma Psicologia distante das demandas sociais, como aponta Bock (2002a) e Bock e Gianfaldoni (2010). As autoras já alertavam para a urgência de uma atuação comprometida com a transformação da realidade e com a escuta, ressaltando que a Psicologia deve ir além da técnica, assumindo seu papel social.

Complementando essa perspectiva, Toledo, Santos, Martins e Ramos (2024) enfatizam que é preciso formar profissionais capazes de refletir criticamente sobre sua prática e sobre os contextos nos quais atuam, reconhecendo a diversidade humana como um valor fundamental. Assim, a construção de uma Psicologia alinhada aos Direitos Humanos demanda não apenas conteúdos programáticos, mas também uma postura ética ativa, atenta às desigualdades e engajada na manutenção de todas as vidas.

Eixo Temático III: A formação comprometida também se faz fora da sala: práticas formativas críticas e inventivas em Psicologia

Este eixo volta-se à busca por práticas, estratégias e abordagens pedagógicas capazes de promover uma formação em Psicologia comprometida com os Direitos Humanos. Ao longo das entrevistas, emergiu de maneira recorrente a percepção de que não basta garantir a presença teórica dos Direitos Humanos no currículo. Como apontam a Historiadora e a Aventureira é necessário criar experiências formativas que transcendam a discussão conceitual e os muros da universidade, articulando-se com outros modos de sensibilização e reflexão crítica.

A Testemunha ressalta que uma formação comprometida vai além da sala de aula e se amplia em espaços diversos, dependendo tanto da mobilização dos estudantes quanto do incentivo das instituições de ensino, que deveriam criar condições para que esses processos se concretizem de forma significativa e engajada. Articulando estas defesas com os dados localizados no questionário online, pode-se afirmar que essa ampliação inclui visitas, entrevistas e contatos com diferentes

segmentos da sociedade, promovendo diálogos com grupos diversos, movimentos sociais e atividades políticas, acadêmicas e não acadêmicas.

A interação com essas experiências coletivas possibilita a sensibilização para injustiças e desigualdades, contribuindo para a construção de uma formação mais crítica e consciente. Dessa forma, o aprendizado não se limita ao estudo teórico, mas se expande em espaços formais e informais, incluindo manifestações e momentos de participação social, reconhecidos como oportunidades importantes para o desenvolvimento coletivo e ético dos estudantes.

A Historiadora evidência a importância desse contato com experiências fora da sala de aula, pois busca integrar os Direitos Humanos em suas aulas por meio do compartilhamento de suas próprias experiências profissionais e convidando outros profissionais para contarem suas vivências. Dessa forma, constrói pontes entre os debates que ocorrem dentro da sala de aula e fora dela, proporcionando contato com a realidade social e ampliando a compreensão crítica dos estudantes sobre as múltiplas formas de atuação em Psicologia comprometidas com os direitos.

Conforme apontado pelas docentes participantes da pesquisa – “Historiadora, Testemunha e Aventureira” – as práticas que envolvem o contato direto com a realidade social devem ser centrais em um processo formativo. Compreendemos que essa perspectiva dialoga diretamente como Martín-Baró (2017) sobre a necessidade de os psicólogos tomarem “um bom banho de realidade, especialmente dessa realidade que oprime e angústia as maiorias populares” (p. 78). Pois somente conhecendo essa realidade, conseguiremos realizar uma leitura crítica dela e sermos capazes de nos apropriarmos de fundamentos que baseiam uma atuação que se comprometa com a transformação dessa realidade.

Desde o final dos anos 1990, destacam-se contribuições relevantes para a construção de uma formação crítica em Psicologia. Entre elas, ressaltam-se dois aspectos apontados por Bock (1999), que são: I) defende a importância de uma formação que ensine a questionar, estranhar e desnaturalizar, promovendo um movimento dialético no conhecimento da Psicologia, entendemos que essa abordagem amplia a compreensão da realidade e favorece a construção de novos modos de pensar e agir; II) a necessidade de formar profissionais comprometidos com seu tempo e com a sociedade, atuando na promoção da saúde coletiva. Para a autora, esses elementos são fundamentais para o desenvolvimento de profissionais que reconhecem o compromisso social de sua atuação e assumem uma postura cidadã.

Mais de duas décadas após essa publicação, Rechtman e Bock (2019) reafirmam esses ideais ao destacarem que a formação crítica requer um conhecimento construído na experiência, por meio do contato direto com a realidade social. Segundo as autoras, essa vivência, especialmente quando inserida na trajetória formativa, favorece a apropriação dos recursos teóricos e práticos da Psicologia e pode desencadear uma consciência crítica nos estudantes. Tal processo contribui para compreenderem o compromisso ético-político da profissão e fortaleçam seu engajamento com a defesa dos Direitos Humanos

Dessa maneira, entende-se que, embora exista uma percepção amplamente positiva entre os docentes, a formação em Psicologia ainda precisa ser continuamente fortalecida e revisitada para assegurar que a compreensão crítica sobre as desigualdades sociais seja efetiva, aprofundada e aplicada à realidade profissional.

Outro aspecto fundamental para uma formação em Psicologia comprometida com os Direitos Humanos é a aproximação com a realidade profissional por meio do contato direto com a prática. Nesse sentido, os dados do questionário revelam um consenso significativo entre os docentes sobre a necessidade de fortalecer a articulação entre teoria e prática no ensino dos Direitos Humanos. Esses dados reforçam a discussão proposta por Oliveira et al. (2017) sobre a integração entre teoria e prática, como item essencial para uma formação em Psicologia comprometida com os mecanismos de garantia de direitos sociais.

Ao longo da pesquisa, identificamos, por meio das entrevistas e das respostas aos questionários, que os docentes compreendem que o contato com a realidade social e a prática profissional pode ocorrer por diferentes caminhos. Entre esses, destacam-se: a participação em estágios obrigatórios e não obrigatórios, práticas nos territórios, a articulação com movimentos sociais e espaços de militância, participação em manifestações e greves; o envolvimento com associações da Psicologia comprometidas com a reflexão ética e a transformação social, como a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e a Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP), entre outras; o diálogo com a arte e com práticas culturais; além da participação em entidades estudantis da própria faculdade, como grupos de estudo, ligas acadêmicas, coletivos e centros acadêmicos dos cursos.

A partir desses exemplos, é possível ampliar o olhar e considerar outras formas de expressão artística e cultural como estratégias formativas nesse contexto: visitas a museus, exposições temáticas, rodas de conversa com artistas, clubes de leitura voltados a obras que abordam questões sociais e políticas, além da análise de músicas, poemas e performances. Pois, como aponta Silva (2004), a arte e a cultura podem colaborar de maneira significativa na formação em Psicologia, desencadeando transformações potentes e atuando como aliadas de um processo formativo que estimule o engajamento crítico e reflexivo dos estudantes. Entendemos que tais práticas podem contribuir para a ampliação do repertório simbólico, cultural e político dos futuros profissionais, elementos fundamentais para uma atuação ética e comprometida com a promoção e a defesa dos Direitos Humanos.

Como destaca a Aventureira, a incorporação de epistemologias plurais, como os conhecimentos produzidos por povos indígenas, comunidades quilombolas, saberes afro-brasileiros, populares e da psicologia latino-americana, não apenas enriquece a formação crítica, mas também contribui para o enfrentamento das desigualdades epistêmicas que atravessam o ensino superior. Ao ampliar o repertório epistemológico dos estudantes, tais práticas possibilitam a construção de uma Psicologia mais plural, contextualizada e comprometida com os desdobramentos da lógica colonial na psicologia brasileira, como defendem Nóbrega Cabral et al. (2022).

Em síntese, as entrevistas e respostas dos questionários indicam que a formação em Psicologia comprometida com os Direitos Humanos não deve se limitar à transmissão teórica dos conceitos, mas sim incorporar práticas formativas que envolvam a experiência direta com a realidade social. O contato com diferentes contextos, como movimentos sociais, espaços de militância, e até mesmo o uso de arte e cultura como ferramentas pedagógicas, pode ser fundamental para desenvolver uma consciência crítica nos estudantes.

A incorporação de saberes plurais, oriundos de diferentes culturas, enriquece o processo formativo e contribui para a construção de uma Psicologia mais plural e engajada com o enfrentamento da lógica colonial. Assim, uma formação sólida e comprometida exige que a universidade promova espaços de

sensibilização, reflexão e ação, tanto dentro quanto fora das salas de aula, incentivando os docentes e estudantes a assumirem um compromisso ético-político com a transformação das realidades sociais e a defesa dos Direitos Humanos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a compreensão das psicólogas docentes dos cursos de Psicologia sobre a importância dos Direitos Humanos na formação acadêmica e, na prática profissional dos futuros psicólogos. A resposta encontrada é de que existe um consenso entre os docentes participantes da pesquisa sobre a extrema relevância dos Direitos Humanos para a Psicologia e sua formação.

No entanto, ao aprofundarmos a análise das demais respostas dos questionários e nas falas durante as entrevistas, fica evidente que ainda existem lacunas na apropriação crítica e prática desse compromisso por parte de alguns docentes. Revelando assim que o reconhecimento teórico da importância dos Direitos Humanos e do compromisso ético político da psicologia nem sempre se converte em práticas pedagógicas consistentes e críticas.

Apesar desses desafios, a pesquisa se recusa a assumir um olhar fatalista, acreditando que essa é a realidade de todos os docentes. Pelo contrário, buscou dar espaço às docentes que cotidianamente buscam articular, em suas práticas pedagógicas e profissionais, uma formação crítica e ética, permitindo compreender não apenas que essa formação é possível, mas também como ela tem sido construída.

Esses docentes, em consonância com os referenciais teóricos que embasam esta pesquisa, apontam que a formação em Psicologia comprometida com a defesa e garantia dos Direitos Humanos exige a promoção constante de reflexões políticas e sociais, além do compromisso com uma construção crítica do saber psicológico, desenvolvida de forma transversal ao longo de todo o curso, independentemente da disciplina lecionada.

Destaca-se, ainda, a importância de que os conhecimentos relacionados aos Direitos Humanos não sejam apenas acessíveis aos estudantes de Psicologia, mas também amplamente difundidos na sociedade, reconhecendo o papel ativo da Psicologia na ampliação, proteção e efetivação desses direitos, especialmente no que diz respeito à construção do direito à liberdade, à justiça e à dignidade humana.

Além disso, evidencia-se que a tríade ensino, pesquisa e extensão como eixo estruturante do processo formativo, indicando que uma aprendizagem verdadeiramente significativa ocorre não apenas nos contextos teóricos da sala de aula, mas também por meio da inserção em práticas sociais concretas e em espaços de escuta, diálogo e ação coletiva que proporcionem o contato com a realidade. A participação em atividades extensionistas, o engajamento com movimentos sociais, os debates políticos e a articulação com diferentes territórios e contextos foram destacados como experiências fundamentais para o desenvolvimento de uma postura crítica, ética e comprometida.

Esses dados podem ajudar a repensar como os Direitos Humanos têm sido incorporados nas grades curriculares atuais. Embora estejam previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, muitas vezes aparecem de forma superficial, diluída ou confinada a disciplinas isoladas, o que enfraquece sua potência crítica e formativa. Tal contexto repercute diretamente no ambiente acadêmico, alimentando

o desinteresse, a resistência ou até a rejeição por parte de alguns estudantes em relação a temas fundamentais como equidade, justiça social e diversidade. Por isso, reafirma-se a importância de uma formação que vá além da formalidade curricular e se comprometa, de forma ativa e crítica, com a construção de uma Psicologia que reconheça os Direitos Humanos como parte indissociável de sua prática profissional.

Diante desses dados, podemos ampliar nossa reflexão sobre a formação acadêmica e a prática docente em formação crítica em Psicologia, especialmente no planejamento e na revisão dos currículos, das propostas pedagógicas e das políticas institucionais. A pesquisa evidencia a necessidade de repensar a estruturação das grades curriculares e das metodologias de ensino, de modo que se reconheça a importância da existência de disciplinas específicas sobre Direitos Humanos nos primeiros períodos da graduação. No entanto, isso não significa restringir os Direitos Humanos a um conteúdo pontual, mas sim utilizá-los como alicerce transversal que permeia todas as disciplinas do curso, compondo um “fundo” permanente da formação. Trata-se, portanto, de uma convocação para que o compromisso ético-político com os Direitos Humanos esteja presente não apenas nas escolhas teóricas, mas também nas práticas pedagógicas e na postura cotidiana dos(as) docentes.

Em síntese, o exercício da prática profissional se revela como um elemento essencial para a construção de intervenções que, além de atenderem às demandas imediatas, fomentem processos emancipatórios e a efetivação da justiça social. Nesse sentido, conforme apontado pelo CEPP (CFP, 2005), valores como a defesa dos direitos humanos e o compromisso social não devem ser encarados apenas como princípios teóricos, mas sim como diretrizes que precisam ser transpostas para a prática profissional.

Por fim, reafirma-se que a formação em Psicologia comprometida com os Direitos Humanos não se limita na transmissão de conteúdos, mas exige um engajamento ativo das instituições, docentes e discentes com a realidade social. Formar psicólogos é, portanto, formar sujeitos éticos, críticos e politicamente posicionados diante das injustiças que atravessam a sociedade atual, dessa forma torna-se necessário a expansão de projetos de pesquisa que repensem essa formação e que possam elucidar caminhos para a construção desse saber.

5. REFERÊNCIAS

BERNARDI; C. M. C. N. **A Formação em psicologia: Ética, diretrizes curriculares e direitos humanos.** In: Simpósio internacional e fórum nacional de educação. Torres, RS. 4, 7, 2010.

BOCK, A. M. B; GIANFALDONI, M. H. T. A. Direitos humanos no ensino de Psicologia. **Psicologia Ensino & Formação**, v. 1, n. 2, p. 97-115, 2010.

BOCK, A. M. B. A prática psicológica e os direitos humanos. In: BOCK, A. M. B. (org.). **Psicologia social: uma perspectiva crítica.** São Paulo: Cortez, 1999.

BOCK, A. M. B. Psicologia e compromisso social: questões da atuação e da formação. In: BOCK, A. M. B. *et al.* (org.). **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2002a.

BOCK, A. M. B. Psicologia e Direitos Humanos: uma aproximação teórica e prática. In: CAVALCANTI, L.; LIMA, J. (Org.) **Psicologia e direitos humanos: contextos, desafios e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2002b. p. 19-33.

- NÓBREGA CABRAL, C. *et al.* As heranças coloniais na psicologia brasileira. **Revista UNI-RN**, [S. l.], v. 22, n. 1/2, p. 30–38, 2022. Disponível em: <https://revistas.unirn.edu.br/index.php/revistaunirn/article/view/816>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília, DF: CFP, 2005. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf. Acesso em: 17 maio 2025.
- DANTAS, J. B. Formar psicólogos: por quê? para quê. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 22, n. 3, p. 621-636, 2010.
- DIMENSTEIN, M. *et al.* Produção de conhecimento, psicologia e pensamento decolonial. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 74, 2022.
- FREITAS, M. T. de A. Dos direitos às ações: política de direitos humanos e formação em Psicologia. **Educação & Pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 327-340, 2004.
- LANE, S. T. M. **Transformação social e psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1990a.
- LANE, S. T. M. **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1990b.
- MARTÍN-BARÓ, I. **Psicologia de la guerra: trauma y terapia**. San Salvador: UCA Editores, 1990.
- MARTÍN-BARÓ, I. **Para uma psicologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MARTÍN-BARÓ, I. O desafio popular à psicologia social na América Latina. *In*: LACERDA, F. (org.). **Crítica e libertação na psicologia: Estudos psicossociais**. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2017.
- MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.
- OLIVEIRA, I. T. de *et al.* Formação em Psicologia no Brasil: aspectos históricos e desafios contemporâneos. **Psicologia Ensino & Formação**, v. 8, n. 1, p. 3-15, 2017.
- PASTRONI, A.; FARIA, G. G. As políticas públicas e o avanço do conservadorismo no Brasil: protagonistas e estratégias. **Revisão de Trabalho**, v. B23, p. 5-22, 2020.
- PAIVA, V. Direitos Humanos e saúde: a contribuição da psicologia *In*: CAMPOS, G. W. de S.; MINAYO, M. C. de S. (orgs.). **Direitos Humanos e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.
- RECHTMAN, R. CASTELAR, M.; CASTRO, R. Ética e direitos humanos na formação de profissionais de Psicologia em Salvador - Bahia. **Psicologia Ensino & Formação**, v. 4, n. 2, p. 62-71, 2013.
- RECHTMAN, R.; BOCK, A. M. B. Formação do psicólogo para a realidade brasileira: identificando recursos para atuação profissional. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 35, e3551, 2019.
- SANTOS, J. C.; OLIVEIRA, T. S. de. Educação, direitos humanos e a formação de profissionais: desafios contemporâneos. **Psicologia Educacional**, v. 12, n. 1, p. 37-52, 2024.
- SANTOS, L. N. **O compromisso social da psicologia: um estudo sobre o desenvolvimento de um projeto crítico**. 2017. 268 f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, S. M. C. D. Algumas reflexões sobre a arte e a formação do psicólogo. **Psicologia: ciência e profissão**, 24, 100-111, 2004.

SOUSA, R. S. *et al.* Adesão ao bolsonarismo: dilemas, contradições e retórica em argumentos de seus militantes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 44, p. e270308, 2024.

TOLEDO, R.; SANTOS, J. M. A. dos; MARTINS, M. S.; RAMOS, V. P. Psicologia e direitos humanos: desafios e impasses para uma formação crítica. *In*: CARVALHO, J. E C. de; TOLEDO, R.; GONÇALVES, D. de A. (orgs.). **Itinerários formativos e atuação nas políticas sociais: estratégias e desafios no trabalho com sujeitos/pessoa, grupos, instituições e comunidades**. Santa Maria, RS: Arco Editores, 2024, p. 88-108.

Submissão: 24/08/2025

Aceito: 25/10/2025